

AS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E AS MUDANÇAS NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA NA UFRN

*Magda M Pinheiro de Melo – magda@comperve.ufrn.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Departamento de Engenharia Civil
Campus Universitário S/N, Lagoa Nova
CEP: 59078-900 – Natal – RN*

*Isauro Beltran Nuñez - isaurobeltran@yahoo.com.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Educação
Campus Universitário S/N, Lagoa Nova
CEP: 59078-900 – Natal – RN*

*Raquel Basílio dos Santos – raquel@comperve.ufrn.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Núcleo Permanente de Concursos
Campus Universitário S/N, Lagoa Nova
CEP: 59078-900 – Natal – RN*

Resumo: *O presente trabalho tem por objetivo analisar e caracterizar mudanças no perfil socioeconômico dos alunos dos cursos de engenharia após a implantação de políticas de democratização do acesso adotadas pela UFRN. Entre elas, destacam-se o Argumento de Inclusão e a Lei n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Com o objetivo de identificar as possíveis mudanças no perfil socioeconômico os estudantes de engenharia, foram escolhidos 5 cursos de engenharia (Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Química e Engenharia Têxtil), que ofertaram vagas nos Vestibulares (2005 e 2012) e no Sisu (2016), e analisadas 4 variáveis (tipo de escola do Ensino Médio, raça/etnia, renda familiar e exercício de atividade remunerada) representativas das novas políticas de democratização do acesso. Analisando as variáveis, conclui-se que existiram mudanças significativas no perfil socioeconômico dos estudantes de engenharia que ingressaram nos cursos de graduação da UFRN, nos anos de 2005, 2012 e 2016. Após a adoção das políticas de democratização, percebe-se que os cursos de engenharia avaliados apresentam mais estudantes oriundos do Ensino Médio público, de pretos pardos e indígenas, de trabalhadores e pertencentes à família com renda mensal menor que cinco salários mínimos. Em contrapartida, diminuiu o percentual de estudantes oriundos de escolas privadas, de brancos, de não trabalhadores e dos que têm renda familiar mensal maior que 5 salários.*

Palavras chave: Estudantes de Engenharia. Acesso. Democratização. Perfil socioeconômico.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento do acesso e da permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior no Brasil, nas duas últimas décadas, foi proporcionado pela implantação de políticas, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), alterado em 1999, em substituição ao antigo crédito educativo; o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado pela Lei nº 11.096/2005; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), oficializado pelo Decreto n. 6.096/2007; o Plano Nacional

de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto n. 7.234/2010; o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), implantado em janeiro de 2010; o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), criado pela Lei nº 12.688/2012; a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas; a criação de novas Universidades e Institutos Federais de Educação; a criação e a interiorização de novos campi dessas instituições. Essas políticas também possibilitaram a modificação do perfil dos ingressantes nas IES brasileiras. De acordo com Ristoff (2014), “Nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por forte expansão sob todos os aspectos: cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes”.

Políticas de democratização do acesso, principalmente a adoção da Lei nº 12.711/2012, podem proporcionar a formação de um novo perfil socioeconômico dos ingressantes do ensino superior. A Lei de Cotas determina que 50% das vagas das instituições federais de ensino superior sejam destinadas aos estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Desse percentual, 50% deverão ser preenchidas por estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. Além disso, essa lei estabelece que um percentual das vagas (no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) seja preenchido por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Vários programas estratégicos, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN, elaborado para o período de 2010 a 2019, visam à expansão e à democratização dessa instituição. Como exemplos, podem-se citar: a adesão ao Programa REUNI, a criação do Instituto Metr pole Digital (IMD), a expansão da Secretaria de Educa o   Distância (SEDIS), a interioriza o, a internacionaliza o e a adesão ao Sistema de Sele o Unificada – SISU.

A partir de 2011, a UFRN adotou, gradativamente, outra forma de acesso, além do Vestibular, tomando como referência o Sistema de Sele o Unificada – SISU, cujo parâmetro   a nota obtida pelo estudante no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Em 2013, o sistema ENEM/SISU foi adotado como forma de ingresso para a totalidade das vagas disponibilizadas pela UFRN, com exce o dos cursos de gradua o que exigiam Teste de Habilidades Específicas, nos quais as vagas eram disponibilizadas em processo seletivo próprio.

Além da modifica o na forma de ingresso aos seus cursos de gradua o, a UFRN adotou duas importantes políticas de democratiza o do acesso. A primeira, intitulada Argumento de Inclusão, implantada em 2006, tinha por objetivo conceder uma pontua o adicional de 10%, baseando-se em critérios socioeconômicos e de desempenho dos candidatos da rede pública no Vestibular (Brasil, 2010). A segunda foi a implanta o da Lei de Cotas, em 2013, que substituiu o Argumento de Inclusão.

Este trabalho tem por objetivo analisar mudanças que ocorreram no perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram nos cursos de engenharia da UFRN após a implanta o das políticas de democratiza o do acesso. Com intuito de realizar as compara es, foram escolhidos tr s períodos distintos e foram utilizados os dados dos ingressantes referentes a um ano representativo de cada período.

Foram escolhidos os anos de 2005, 2012 e 2016. A escolha do primeiro se deve ao fato de que, nesse ano, não existia nenhuma política de democratiza o do acesso. O segundo foi escolhido em razão de ter sido implantado, nesse ano, o Argumento de Inclusão. Por fim, escolheu-se o terceiro em virtude de, em uma das metas do Projeto de Pesquisa intitulado “Análise dos Processos Seletivos realizados pela Comperve”, desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Concursos (Comperve) da UFRN, ter sido elaborado um questionário para obter os dados dos ingressantes em 2016.

2 METODOLOGIA

A UFRN oferece 15 Cursos de Engenharia, sendo oito (8) com ingresso direto pelo Vestibular (até o ano de 2013) e pelo ENEM/SiSU (a partir de 2014), e os demais por meio do Bacharelado em Ciências e Tecnologia. Dos oito cursos, seis (6) estão vinculados ao Centro de Tecnologia (Civil, de Alimentos, de Produção, Elétrica, Química e Têxtil), um (1) ao Centro de Biociências (de Aquicultura) e um (1) à Escola Agrícola de Jundiá (Florestal). O estudo foi realizado com os estudantes dos Cursos de Engenharia vinculados ao Centro de Tecnologia, com ingresso direto, que ofereceram vagas nos anos de 2005, 2012 e 2016. Não fizeram parte desse *corpus* os estudantes de Engenharia de Alimentos, por se tratar de um curso recente e ter duração de 6 anos, o que o torna diferente dos demais, que têm duração de 5 anos.

Para realização deste trabalho, foram escolhidas 4 variáveis que melhor representassem as prováveis mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes de engenharia. As informações foram obtidas a partir dos dados fornecidos pelos candidatos, nos anos de 2005 e 2012, por meio do questionário socioeconômico (QSE), preenchido no momento da inscrição no Vestibular; e do QSE respondido pelos ingressantes, no ano de 2016, no momento de acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). As perguntas que compuseram o QSE (mais de trinta), aplicado no ano de 2016, foram elaboradas pelo Núcleo Permanente de Concursos da UFRN. Além disso, algumas informações dos ingressantes nesse ano foram obtidas também dos microdados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A primeira variável selecionada refere-se ao tipo de escola na qual o estudante cursou o Ensino Médio. Foram considerados os percentuais referentes às escolas públicas e privadas. Essa variável serviu como balizadora para identificar se houve possíveis alterações no percentual de egressos de escolas públicas, em virtude das novas políticas de democratização do acesso implantadas pela UFRN.

A segunda refere-se à raça/etnia do candidato. Essa variável foi utilizada como referência para analisar as variações nos percentuais correspondentes às raças/etnias dos estudantes, em função da Lei de Cotas, que estabelece um percentual de vagas, no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso da UFRN, tem-se um percentual correspondente a 58,08% (soma do percentual de pretos, pardos e indígenas no estado do Rio Grande do Norte).

A terceira refere-se à renda mensal da família. Essa variável serviu de base para a análise das possíveis mudanças referentes à renda familiar do participante, já que a Lei de Cotas determina que 25% das vagas devem ser destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.

A quarta variável está relacionada ao exercício de atividade remunerada, sendo consideradas, para realização deste trabalho, as respostas correspondentes às opções *trabalha* ou *não trabalha*. A escolha dessa variável também contribuiu para a análise das possíveis mudanças referentes à renda familiar do participante.

Após a obtenção dos dados, essas variáveis foram analisadas, e suas respectivas informações foram separadas em dois grupos – escolas públicas e privadas – para que fossem detectadas as modificações causadas pelas políticas públicas de democratização do ensino em cada um dos grupos.

3 MUDANÇAS NO PERFIL DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM NA UFRN NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A seguir, apresentam-se as análises das variáveis realizadas com base nos objetivos da pesquisa desenvolvida.

3.1 Tipo de Escola do Ensino Médio

Com relação ao tipo de escola onde o estudante cursou o Ensino Médio, optou-se por analisar os dados referentes aos participantes que realizaram seus estudos totalmente em escola pública ou totalmente em escola privada, por representarem a maioria das respostas encontradas nos questionários socioeconômicos analisados. Na Tabela 1, estão apresentados os dados referentes ao tipo de escola onde os estudantes de engenharia cursaram o Ensino Médio, e, na Tabela 2, as informações de todos os ingressantes em cursos de graduação da UFRN, considerando-se os anos de 2005, 2012 e 2016.

Tabela 1 – Percentual de ingressantes nos cursos de engenharia da UFRN por tipo de escola do Ensino Médio segundo o ano

Tipo de escola do Ensino Médio	2005		2012		2016		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Pública	104	32,1	125	31,4	207	54,6	436	39,6
Privada	220	67,9	273	68,6	172	45,4	665	60,4
Total	324	100,0	398	100,0	379	100,0	1101	100,0

Fonte: Microdados da COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2016 (UFRN, 2005; 2012; 2016).

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 1, percebe-se que, no ano de 2005, quando nenhuma política de democratização do acesso havia sido implantada pela UFRN, as vagas dos cursos de engenharia eram preenchidas, em sua maioria, por estudantes de escolas privadas (67,9%). Mesmo com a Implantação do Argumento de Inclusão, em 2006, esse percentual praticamente não foi alterado, tendo, inclusive aumentado em 0,7%. Somente após a adoção da Lei de Cotas, o percentual de alunos de escolas privadas diminuiu significativamente (23,2%), e, em contrapartida, o percentual de ingressantes nos cursos de engenharia oriundos de escolas públicas ultrapassou o de escolas privadas, atingindo, em 2016, 9,2% a mais.

Tabela 2 – Percentual de ingressantes na UFRN por tipo de escola do Ensino Médio segundo o ano

Tipo de escola do Ensino Médio	2005		2012		2016		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Pública	1251	36,4	2502	43,4	3735	59,5	7488	48,3
Privada	2189	63,6	3265	56,6	2546	40,5	8000	51,7
Total	3440	100	5767	100	6281	100	15488	100

Fonte: Microdados da COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2015 (UFRN, 2005; 2012; 2015).

A comparação entre as Tabelas 1 e 2 revela que os percentuais de ingressantes nos cursos de engenharia oriundos de escolas privadas não divergem muito dos apresentados pelos ingressantes de todos os cursos da UFRN, com exceção do ano de 2012, no qual a implantação do Argumento de Inclusão aumentou o percentual dos alunos oriundos de escolas públicas em todos os cursos da UFRN, enquanto, nos cursos de engenharia, o percentual sofreu um discreto acréscimo.

3.2 Raça/Etnia dos Ingressantes

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população do Estado do Rio Grande do Norte é formada por 40,84% de brancos, 5,23% de pretos, 1,07% de amarelos, 52,75% de pardos e 0,089% de indígenas.

Para analisar a raça/etnia dos estudantes, foram considerados, nas Tabelas 3 e 4, apenas os dados referentes aos anos de 2012 e 2016, pois, antes da implantação do Argumento de Inclusão na UFRN, ou seja, antes de 2006, não existia no QSE, presente na inscrição do Vestibular, nenhuma pergunta referente à raça/etnia do candidato.

Tabela 3 – Distribuição percentual de ingressantes nos cursos de engenharia da UFRN segundo a raça/etnia nos anos de 2012 e 2016

Etnia	2012			2016		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Branco(a)	56,8%	70,7%	66,3%	29,5%	56,4%	41,7%
Negro(a)	7,2%	5,1%	5,8%	10,6%	5,8%	8,4%
Pardo(a) / Mulato(a)	36,0%	23,1%	27,1%	59,4%	36,6%	49,1%
Amarelo(a) (de origem oriental)	0,0%	0,7%	0,5%	0,5%	0,0%	0,3%
Indígena ou de origem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	0,5%
Remanescente de quilombo	0,0%	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados da COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2016 (UFRN, 2005; 2012; 2016).

Na Tabela 3, observa-se que, após a adoção da Lei de Cotas pela UFRN, em 2016, houve um aumento no percentual de ingressantes pardos/mulatos em escolas públicas e privadas nos cursos de engenharia, sendo mais significativo o aumento do percentual da escola pública (23,4%). Mesmo com esse aumento, o percentual de ingressantes pardos (49,1%) ainda é menor que o da sociedade norte-rio-grandense (52,75%). Quase na mesma proporção, houve a redução do percentual de ingressantes brancos de escolas públicas e privadas (24,6%) na UFRN, embora o percentual ainda seja um pouco maior (41,7%) do que a representação branca no Estado do Rio Grande do Norte (40,84%). O percentual de ingressantes negros teve um pequeno acréscimo de 3,4% para escolas públicas e 0,7% para escolas privadas. O percentual de ingressantes amarelos decresceu 0,2%, considerando o conjunto de escolas públicas e privadas, e o de indígenas aumentou 1,2% na escola privada. Já o percentual de ingressantes remanescentes de quilombo, que era muito pequeno em 2012, se torna inexistente em 2016.

Tabela 4 – Distribuição percentual de ingressantes na UFRN segundo a raça/etnia nos anos de 2012 e 2016

Etnia	2012			2016		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Branco(a)	51,6%	66,0%	59,8%	33,4%	58,7%	43,7%
Negro(a)	8,0%	4,2%	5,8%	9,6%	4,6%	7,6%
Pardo(a) / Mulato(a)	39,3%	28,1%	33,0%	55,9%	35,0%	47,4%
Amarelo(a) (de origem oriental)	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	0,9%	0,8%
Indígena ou de origem	0,4%	0,9%	0,7%	0,4%	0,6%	0,5%
Remanescente de quilombo	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2015 (UFRN, 2005; 2012; 2015).

Ao comparar os percentuais dos ingressantes nos cursos de engenharia, segundo a cor/raça, com os dos ingressantes em todos os cursos de graduação da UFRN, percebe-se que eles estão

muito próximos, embora, os percentuais de ingressantes brancos em cursos de engenharia sejam superiores, no conjunto de escolas públicas e privadas, no ano de 2012, e inferiores no ano de 2016. Já no caso dos ingressantes pardos/mulatos, a situação se inverte, ou seja, nos cursos de engenharia, os percentuais são menores em 2012, e maiores em 2016.

Analisando os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4, referentes ao ano de 2016, constata-se que, tanto na escola pública quanto na privada, os percentuais de ingressantes brancos, pretos e indígenas são superiores aos apresentados pelo Censo 2010 do IBGE relativos à sociedade norte-rio-grandense, enquanto os percentuais de ingressantes pardos e amarelos de escolas públicas e privadas são menores que aqueles apresentados pelo IBGE para o Estado do Rio Grande do Norte.

3.3 Renda Familiar

Nas Tabelas 5 e 6, constam os percentuais de ingressantes nos cursos de engenharia e os de todos os cursos da UFRN de acordo com a renda familiar, nos anos de 2005, 2012 e 2016.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos ingressantes na UFRN, nos cursos de engenharia, por faixa de renda familiar nos anos de 2005, 2012 e 2016

Renda Familiar	2005			2012			2016		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Até 1 salário mínimo	8,7%	0,0%	2,8%	14,4%	1,1%	5,3%	17,9%	1,7%	10,6%
Mais de 1 até 5 salários mínimos	61,5%	16,4%	30,9%	64,8%	34,1%	43,7%	64,7%	32,6%	50,1%
Mais de 5 até 10 salários mínimos	22,1%	38,2%	33,0%	16,0%	30,8%	26,1%	14,5%	33,7%	23,2%
Mais de 10 até 20 salários mínimos	7,7%	29,5%	22,5%	4,0%	19,8%	14,8%	1,9%	25,0%	12,4%
Mais de 20 salários mínimos	0,0%	15,9%	10,8%	0,8%	14,3%	10,1%	1,0%	7,0%	3,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Microdados da COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2016 (UFRN, 2005; 2012; 2016).

Ao analisar a renda mensal familiar dos estudantes de engenharia, percebe-se que houve um aumento no percentual de ingressantes de escolas públicas e privadas, na primeira faixa de renda (até 1 salário mínimo) e na segunda (mais de 1 até 5 salários mínimos) e uma redução nas demais faixas de renda, ou seja, as rendas familiares que vão de mais de 5 até mais de 20 salários mínimos, destacando-se como mais significativo o aumento no percentual de ingressantes oriundos de famílias cuja renda é maior que 1 e menor que 5 salários mínimos (19,2%).

Tabela 6 – Distribuição percentual dos ingressantes na UFRN por faixa de renda familiar, nos anos de 2005, 2012 e 2015

Renda Familiar	2005			2012			2016		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Até 1 salário mínimo	14,9%	1,1%	6,1%	26,1%	3,2%	13,1%	23,4%	5,2%	16,0%
Mais de 1 até 5 salários mínimos	60,0%	25,8%	38,2%	62,4%	41,0%	50,3%	64,7%	49,6%	58,6%
Mais de 5 até 10 salários mínimos	18,4%	34,7%	28,8%	9,0%	30,7%	21,3%	9,4%	27,4%	16,7%
Mais de 10 até 20 salários mínimos	6,1%	24,1%	17,5%	2,2%	17,2%	10,7%	2,0%	13,6%	6,7%
Mais de 20 salários mínimos	0,7%	14,3%	9,3%	0,4%	7,9%	4,6%	0,5%	4,2%	2,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Microdados COMPERVE/SINFO 2005,2012 e 2015 (UFRN, 2005; 2012; 2015).

Comparando os resultados apresentados nas tabelas 5 e 6, observa-se que os percentuais correspondentes às faixas de renda que vão de menos de 1 até 5 salários mínimos, nos cursos de engenharia, são menores que os apresentados para o conjunto de todos os cursos de graduação da UFRN. No entanto, os percentuais correspondentes às maiores faixas de renda familiar, ou seja, de mais de cinco até mais de 20 salários mínimos, são maiores.

3.4 Exercício de Atividade Remunerada

Para realizar a análise dessa variável, as respostas dos estudantes nos questionários socioeconômicos, foram divididas em dois grupos: os que trabalham e os que não trabalham. Os dados referentes a esses questionários estão presentes nas Tabelas 7 e 8.

O exercício de atividade remunerada vem reforçar a análise da variável referente à renda familiar. A partir dos dados dos questionários socioeconômicos, percebe-se uma relação entre a renda familiar e o exercício de atividade remunerada pelo estudante, ou seja, nas famílias com rendas mais altas, normalmente, o estudante não trabalha, e, nas famílias com rendas mais baixas, geralmente, o estudante exerce alguma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar.

Tabela 7 – Distribuição percentual dos ingressantes nos cursos de engenharia da UFRN, segundo o exercício de atividade remunerada.

Está trabalhando	2005			2012			2016		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Sim	26,9%	7,3%	13,6%	26,4%	8,1%	13,8%	16,4%	11,0%	14,0%
Não	71,2%	92,7%	85,8%	73,6%	91,9%	86,2%	83,6%	89,0%	86,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados da COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2016 (UFRN, 2005; 2012; 2016).

Ao analisar os dados constantes na Tabela 7, verifica-se que o percentual de estudantes de engenharia trabalhadores, oriundos de escolas públicas, é sempre maior que o de estudantes de escolas privadas. Embora, na última década, tenha ocorrido um aumento discreto no percentual de alunos trabalhadores oriundos de escolas privadas.

A partir da análise da Tabela 7, é possível concluir que a implantação do Argumento de Inclusão proporcionou um incremento muito pequeno (0,8%) no número de estudantes de engenharia trabalhadores. Já a adoção da Lei de Cotas aumentou em 2,9% esse percentual. É importante destacar que, do ano de 2012 para o de 2016, o percentual de estudantes de engenharia trabalhadores e oriundos de escola pública diminuiu (10%), e o de escolas privadas teve um pequeno crescimento.

Tabela 8 – Distribuição percentual dos ingressantes na UFRN, segundo o exercício de atividade remunerada

Está trabalhando	2005			2012			2016		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Sim	32,2%	13,7%	20,4%	31,7%	13,8%	21,6%	31,6%	20,8%	27,2%
Não	67,8%	86,3%	79,6%	68,3%	86,2%	78,4%	68,4%	79,2%	72,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados COMPERVE/SINFO 2005, 2012 e 2016 (UFRN, 2005; 2012; 2016).

Com base nos dados apresentados na Tabela 8, constata-se que os percentuais de ingressantes trabalhadores nos cursos de engenharia é um pouco menor do que os do total de cursos da UFRN.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das variáveis obtidas por meio dos questionários socioeconômicos demonstra que houve mudanças no perfil dos estudantes de engenharia que ingressam nos cursos de graduação da UFRN. Assim, foi possível concluir que a democratização nesses cursos ocorreu de maneira mais acelerada após a implantação de políticas, como o Argumento de Inclusão e a Lei de Cotas, adotadas pela instituição. Dessa forma, pode-se destacar que

- a) somente ocorreu um aumento significativo no percentual de estudantes oriundos de escolas públicas, após a adoção da Lei de Cotas, superando, inclusive, o percentual estabelecido pela referida Lei, que é de 50% de vagas reservadas para esse grupo de estudantes;
- b) o percentual de ingressantes pretos, pardos e indígenas cresceu, e o percentual de brancos diminuiu, corrigindo, de forma gradativa, as distorções entre os percentuais dos ingressantes nos cursos de engenharia e os constantes na sociedade norte-rio-grandense. É importante ressaltar que o percentual de ingressantes pretos superou a representação desse grupo na sociedade, enquanto o de pardos ainda está aquém do constatado pelo Censo 2010 do IBGE, na sociedade norte-rio-grandense;
- c) o percentual de estudantes oriundos de famílias de baixa renda que conseguem ingressar nos cursos de engenharia é, a cada ano, maior, e, por outro lado, constata-se que o percentual correspondente aos filhos de famílias com rendas superiores a 5 salários mínimos diminuiu. Contudo, o percentual de ingressantes de famílias com renda até 1 salário mínimo ainda é muito baixo, e o maior percentual de ingressantes está concentrado na renda familiar maior que 1 e menor que 5 salários mínimos. É importante destacar que os percentuais correspondentes às rendas mais altas ainda são superiores nos cursos de engenharia, se comparadas à totalidade dos cursos da UFRN;
- d) as políticas de democratização não modificaram o quadro de estudantes de engenharia trabalhadores. Pode-se perceber um aumento muito pequeno e gradativo dos estudantes trabalhadores cursando uma das engenharias. Esse aumento pode não ser tão representativo em virtude de a maioria dos cursos de engenharia ser oferecido nos turnos matutino e vespertino, o que dificulta a permanência dos estudantes trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de janeiro de 2010. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112202.htm >. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.688, de 18 de julho de 2012. Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112688.htm>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 de outubro de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm >. Acesso em: 06 fev. 2018.

COSTA, S.F. Introdução Ilustrada à Estatística (com muito humor!). 2ed., São Paulo: Harbra, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Relatório Pedagógico ENEM 2011-2012**. Brasília. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/relatorios-pedagogicos>. Acesso em: 02 fev. 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

RISTOFF, Dilvo. *Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009)*. Rio de Janeiro: Flacso/Brasil – Cadernos do GEA, n. 4, jul./dez. 2013. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N4.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2191/219132213010/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN. OBSERVATÓRIO DA VIDA O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO – OVEU. Vestibular 2005 e 2012. Disponível em: <http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/observatorio/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

THE POLICIES OF DEMOCRATIZATION OF ACCESS AND THE CHANGES IN THE SOCIOECONOMIC PROFILE OF ENGINEERING STUDENTS FROM UFRN

Abstract: The present study aims to analyze and characterize the changes in the socioeconomic profile of engineering students after the implementation of policies of democratization of access adopted by UFRN. Among them, it is the Argument of Inclusion and Law no. 12,711 / 2012, known as the Quota Law. In order to identify changes in the socioeconomic profile of engineering students, five engineering courses were chosen (Civil Engineering, Production Engineering, Electrical Engineering, Chemical Engineering and Textile Engineering), which offered vacancies in Vestibulares (2005 and 2012) and Sisu (2016), and four variables (type of high school, race / ethnicity, family income and exercise of paid activity), which were representative of the new democratization policies of access, were analyzed. Analyzing these variables, it was concluded that there were significant changes in the socioeconomic profile of the engineering students who entered the UFRN undergraduate courses in 2005, 2012 and 2016. After the adoption of the democratization policies, it is noticed that the engineering courses evaluated present more students from public high schools, black and indigenous students, workers and with family members with monthly income of up to five minimum wages. On the other hand, the percentage of students from private schools, white, non-working and with family members with monthly income higher than 5 wages decreased.

Key-words: Engineering students. Access. Democratization. Socioeconomic profile.